



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CAMPUS DE ARIQUEMES

ROSEMARY APARECIDA DA SILVA CIOLA

**A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO
DE CASO NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES-RO**

ARIQUEMES/RO

2017

ROSEMARY APARECIDA DA SILVA CIOLA

**A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO
DE CASO NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES-RO**

Monografia apresentada como trabalho de conclusão do curso de Graduação em Pedagogia da Fundação Universidade Federal de Rondônia, sob orientação do Prof.º Hugo Athanasios Fotopoulos.

ARIQUEMES/RO

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecida pelo(a) autor(a)

C576e Ciola, Rosemary Aparecida da Silva.

A evasão escolar na educação de jovens e adultos: um estudo de caso no município de Ariquemes / Rosemary Aparecida da Silva Ciola. -- Ariquemes, RO, 2017.

52 f.

Orientador(a): Prof. M.e Hugo Athanasios Fotopoulos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1. EJA. 2. Evasão escolar. 3. Perdas Financeiras. I. Fotopoulos, Hugo Athanasios. II. Título.

CDU 37.02



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES**

Criado pela Resolução 006/CONSUN, de 16 de maio de 2007
Av. Tancredo Neves, 3450 - Centro/ Ariquemes-RO / Cep: 76.872-848
Fone/Fax: (69) 3535-3503/ E-mail: uniquar@unir.br

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED

ROSEMARY APARECIDA DA SILVA CIOLA

**A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Um estudo de caso no
município de Ariquemes-RO**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia,
como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Banca Examinadora

Orientador: Prof. M.e. Hugo Athanasios Fotopoulos – DECED/UNIR

Membro: Prof. Dr. Ederson Laíri Leandro – DECED/UNIR

Membro: Prof. Esp. Luciana Regina Nobre – DECED/UNIR

Ariquemes-RO, 07 de Março de 2017.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me guiar e iluminar meus caminhos, vencer os obstáculos e não ter permitido que o desânimo me dominasse.

Aos meus pais, pela criação, os ensinamentos e ao incentivo que me deram mesmo estando longe.

Ao meu esposo por me apoiar durante todo esse período e estar sempre dando força em cada sonho que busco realizar.

Aos meus filhos, que sentiram minha ausência, mas sempre me incentivaram conquistar esse objetivo.

Agradeço especialmente a amiga Valdete que desde o início me incentivou a continuar nunca deixou que eu desistisse sempre me dando apoio para que terminasse essa jornada juntas.

Ao meu orientador Hugo pela dedicação do seu tempo, sua ajuda nas minhas dificuldades e pelos conhecimentos repassados que foram fundamentais para a realização desse trabalho.

Agradeço ao Marcos da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) que disponibilizou a base de dados para esse estudo.

Aos professores da Universidade Federal de Rondônia, pelos ensinamentos repassados.

Aos colegas de curso pelos dias compartilhados ao longo de todo esse período de estudo e a todos que de alguma forma tenham contribuído para a realização dessa conquista.

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem a finalidade de formar um público específico que tende a enfrentar muitos obstáculos que prejudicam sua permanência na escola favorecendo o fenômeno da evasão escolar, que atualmente vem assumindo um lugar de destaque na educação brasileira. Esta realidade também se faz presente nas escolas municipais de Ariquemes, que atende ao público jovem e adulto de 1º a 8º série, e ultimamente apresentaram altos índices de evasão. Diante disso a pesquisa tem por objetivo analisar a quantidade de alunos evadidos no ensino fundamental da EJA e detectar quais seriam as perdas financeiras para o governo federal referentes a evasão escolar. Para isto fez-se um estudo bibliográfico e pesquisa documental na qual foram coletados dados oficiais na Secretária de Educação do município de Ariquemes e uma análise quantitativa para identificar o custo dos alunos evadidos, utilizando como base de cálculo o valor mínimo anual por aluno da educação básica estipulado pelo FUNDEB em 2015. Como resultado a EJA do ensino fundamental do Município de Ariquemes teve um índice de vinte e três por cento (23%) de alunos evadidos em 2015, essas evasões geraram uma perda de quatrocentos e quatro mil seiscientos e oitenta e seis reais e oitenta centavos, ao governo Federal. As perdas financeiras com a evasão são somente referentes ao valor mínimo repassado pelo FUNDEB em 2015 e não levaram em conta os gastos do Município de Ariquemes.

Palavras-chave: EJA. Evasão escolar. Perdas financeiras.

ABSTRACT

Youth and Adult Education (EJA) has the purpose of forming a specific public that tends to face many obstacles that prejudice their stay in school favoring the phenomenon of school dropout, which is now taking a prominent place in Brazilian education. This reality is also present in the municipal schools of Ariquemes, which serves the young and adult public from 1st to 8th grade, and lately have shown high rates of evasion. The intension of this research is to analyze the number of students who have been evaded in elementary schoolat EJA and to detect the financial losses related to avoidance for the federal government. Therefore, this bibliographic study and documentary research was carried out in which official data were collected to demonstrate the evasion numbers of the EJA in the municipality of Ariquemes and a quantitative research to identify the cost of the students evaded, using as basis of calculation the minimum annual value Per student of basic education stipulated by FUNDEB in 2015. The research showed that the annual cost of students enrolled in elementary education in the same year amounted to one million three hundred and fifty-six thousand, five hundred and ninety-one reals and sixty cents. The EJA elementary school had an index of 23% of students evaded in 2015, these evasions generated a loss of four hundred and four thousand six hundred and eighty-six reals and eighty cents to the Federal government. The losses with evasion are only related to the minimum value passed by FUNDEB, the calculation used is only to arrive at an estimate that shows an approximate value of investments and losses in education, based on the EJA modality.

Keywords: EJA. School evasion.Financial statements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
GRÁFICO 2	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
GRÁFICO 3	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EVASÃO DA EJA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS (1ª - 8ª SÉRIE) DO ANO DE 2015 EM ARIQUEMES, RO.	34
TABELA 2- EVASÃO DO 1º SEGMENTO POR ESCOLA MUNICIPAL (1ª - 4ª SÉRIE) DO ANO DE 2015 EM ARIQUEMES, RO.	37
TABELA 3 - EVASÃO DO 2º SEGMENTO POR ESCOLAS MUNICIPAIS (5ª - 8ª SÉRIE) DO ANO DE 2015 EM ARIQUEMES, RO.	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB –Câmara de Educação Básica

CEEA– Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CF–Constituição Federal

CFE –Conselho Federal de Educação

CNBB –Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil

CNC –Confederação Nacional do Comercio

CNE –Conselho Nacional de Educação

CONFINTEA– Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos

DCNEJA–Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos

DUO – Diário Oficial da União

EJA–Educação de Jovens e Adultos

ES –Ensino Supletivo

FHC –Fenando Henrique Cardoso

FIESP–Federação das Indústrias de São Paulo

FUNDEB –Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização –dos Profissionais da Educação

FUNDEF –Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização –do Magistério

GMM – Gasto Mínimo Mensal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES –Instituições de Ensino Superior

IFRN – Instituto Federal Rio Grande do Norte

INAF – Índice de Analfabetismo Funcional

INEP –Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB –Lei de Diretrizes e Bases

MEB –Movimento de Educação de Base

MEC –Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL –Movimento Brasileiro de Alfabetização

NE – Números de Evadidos

NET – Número de Evadidos Total

NMI – Número de Matrícula Inicial

PAS –Programa de Alfabetização Solidária

PBA –Programa Brasil Alfabetizado

PL – Período Letivo

PNA –Programa Nacional de Alfabetização

PNAC –Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNE –Plano Nacional de Educação

PNLDEJA – Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos

PROEJA –Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos,

PROJOVEM –Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma agrária

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SENAC –Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI –Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR –Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT –Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

UNESCO –Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E OS SEUS CONCEITOS.	14
2.1 A Educação de Jovens e Adultos no contexto histórico e político brasileiro. ...	16
2.2 FUNDEB: Valor mínimo anual por aluno ano 2015.	24
2.3 Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos.	26
2.4 As causas da evasão na Educação de Jovens e Adultos: por outros olhares.	27
2.5 Analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais.	29
3 METODOLOGIA.....	32
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	34
4.1 Total de Alunos evadidos na EJA (1ª a 8ª série) no ano de 2015.	34
4.2 Custo aluno evadido 1ª a 8ª série.	36
4.3 Primeiro Bloco: Alunos de 1ª a 4ª série da EJA no Município de Ariquemes.	36
4.4 Custo aluno evadido 1º bloco.....	38
4.5 Segundo bloco: Alunos de 5ª a 8ª série da EJA no Município de Ariquemes.	39
4.6 Custo aluno evadido 2º bloco.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) surge como alternativa para formar um público muito específico que não tiveram acesso à educação na idade certa, e procuram tardiamente a escola para ter a oportunidade de concluir sua formação. Oferecendo assim, educação, inclusão social e a inserção destes alunos no mercado de trabalho.

A trajetória da educação de adultos ao longo dos tempos está apresentada em seus aspectos históricos e políticos que se iniciam na colonização passando pela implantação das primeiras políticas públicas para adultos nos anos 40, e as campanhas e movimentos de alfabetização conduzida pelo regime militar junto com a regulamentação do Ensino Supletivo. Posteriormente no ano de 1980 com a Nova República alcançou-se direitos na Constituição Nacional de 1988, na LDBN 1996 e os Planos Nacionais de Educação (PNE)

O interesse pelo tema surgiu através de um trabalho feito como requisito parcial para a aprovação na disciplina de Educação de Jovens e adultos. Durante a realização do trabalho em conversa com a professora de uma das salas de aula da EJA, descobriram-se muitos casos de evasão, despertando assim o interesse em estudar este fenômeno que ocorre nesta modalidade de ensino.

No início essa pesquisa seria realizada com intuito de investigar os motivos da evasão escolar na EJA, porém após estudos bibliográficos e documentais, despertou-se uma nova problemática de pesquisa que fora identificar o quanto estes alunos evadidos causariam prejuízo financeiro para as instituições educacionais e para o governo federal? Desta forma, o objetivo da presente pesquisa é analisar a quantidade de alunos evadidos no ensino fundamental da EJA e detectar quais seriam as perdas financeiras referentes a evasão escolar para o governo federal.

No corpo da pesquisa traremos as definições que abordam os conceitos de evasão escolar na modalidade da EJA e conseqüentemente como são feitos os repasses dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais em Educação (FUNDEB) aos municípios como forma de entender os prejuízos financeiros causados por estas evasões na educação. Faz se importante ressaltar no estudo que a modalidade EJA é destinada também para a alfabetização daqueles que ficaram afastados do ensino regular,

temos que considerar o alto índice de analfabetismo entre pessoas com quinze anos ou mais, que no país está direta e indiretamente ligada a evasão nesta modalidade.

Os procedimentos metodológicos foram realizados inicialmente através de uma pesquisa bibliográfica, de autores que abordam o histórico, a legislação e os conceitos sobre a evasão escolar da EJA no Brasil. Em um segundo momento ocorreu uma pesquisa de campo realizada através de visitas a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), na qual foram coletados dados mediante a documentos oficiais que demonstrasse a evasão na EJA no município de Ariquemes. O terceiro momento uma pesquisa quantitativa para identificar o custo dos alunos evadidos na EJA do município de Ariquemes para o governo federal, utilizando como base de cálculo o valor mínimo anual por aluno da educação básica estipulado pelo FUNDEB tendo como referência para a realização deste mesmo cálculo o ano de 2015.

É importante ressaltar que os cálculos levaram em consideração apenas os valores investidos pelo governo federal, repassados pelo FUNDEB não sendo incluído qualquer outro recurso financeiro. E por fim, as considerações finais que demonstram os resultados obtidos na pesquisa e qual o cenário dos evadidos e o seu custo para a EJA.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E OS SEUS CONCEITOS.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996) é uma modalidade de ensino da educação básica nas etapas fundamental e médio, que objetiva oferecer oportunidade de estudo para pessoas que por qualquer motivo não deram continuidade em seus estudos ou não tiveram acesso ao ensino na idade apropriada. A EJA surge como um estímulo ao jovem e adulto, possibilitando seu retorno à sala de aula, oferecendo uma oportunidade educacional adequada respeitando suas características. Oferecida pelas escolas públicas essa modalidade educacional atende a jovens, adultos e idosos, com interesses variados. Dessa forma o Parecer 11/2000 do CNE ressalta que:

O termo modalidade é diminutivo latino de *modus* (modo, maneira) e expressa uma medida dentro de uma forma própria de ser. Ela tem, assim, um perfil próprio, uma feição especial diante de um processo considerado como medida de referência. Trata-se, pois, de um modo de existir com característica própria. (BRASIL, 2000, p. 26).

O jovem e adulto analfabeto ou que havia abandonado à escola em décadas anteriores, afirma Ferrari (2014) era visto como incapazes e marginais, sendo discriminados não tendo oportunidade de trabalho. Atualmente com avanços no campo educacional sendo um desses a EJA, na qual vem modificando essa visão discriminatória, possibilitando aos indivíduos o acesso à educação. Alunos desistentes retomam aos estudos em outra fase de suas vidas em busca mais conhecimento, melhores condições de vida e conquistar um futuro melhor.

A modalidade EJA de acordo com Ens e Ribas (2012) ao oferecer uma nova oportunidade a essas pessoas contribuindo na diminuição das desigualdades sociais. Sendo que, os estudantes que são habilitados na EJA se tornam tão iguais no tocante ao direito de receber uma formação educacional quanto aos outros que tem acesso à educação escolar no seu tempo apropriado. O público que é atendido na EJA, afirma Pereira (2006, p. 19) é um grupo composto da seguinte maneira:

[...] pessoas às quais não foram dadas as condições concretas de vivenciar os processos de escolarização. Sendo sujeitos que nunca estudaram ou estudaram pouco. Como consequência, ficaram impedidos de interagir, de forma mais efetiva, em situações da vida cotidiana que envolva conhecimentos mais elaborados, tornando-se excluídos de processos mais amplos de participação social.

A EJA é uma promessa de qualificação de vida para todos, inclusive para os idosos, que buscam seu direito a educação. De acordo com Gouveia (2014), atualmente com o aumento da população idosa houve a necessidade da criação de muitos projetos para atender a terceira idade, com isso proporcionou-se a longevidade dessa população, que cada vez são mais participativos na sociedade buscando por atividades que não tiveram condições de realizar na sua juventude, como concluir os estudos. Para o idoso o retorno aos estudos pode trazer inúmeros benefícios e motivações, como uma boa qualidade de vida biológica, psicológica e social. Por conta dessa realidade a EJA tem como objetivo inicial possibilitar a formação destes indivíduos, assim como visa que muito têm a ensinar para as novas gerações.

A EJA como afirma Batista (2014) é uma educação possível e capaz de mudar significativamente a vida de muitos brasileiros, permitindo-lhes reescrever sua história de vida. Na educação é um instrumento que possibilita ao jovem, adulto ou idoso, desenvolver suas habilidades, expandir seu potencial e confirmar as competências adquiridas na educação e na própria vida, possibilitando oportunidades para que essas pessoas cresçam profissionalmente e intelectualmente.

O público que busca aprendizagem na EJA, de acordo com o Parecer CNE/CEB (11/2000), tem idade variada, em relação à idade dos indivíduos que pretendem ingressar no Ensino Fundamental e Médio, a Lei define que:

No caso do ensino fundamental, a idade para jovens ingressarem em cursos da EJA que também objetivem exames supletivos desta etapa, só pode ser superior a 14 anos completos, dado que 15 anos completos é a idade mínima para inclusão em exames supletivos.
[...] o estudante da EJA de ensino médio deve ter mais de 17 anos completos para iniciar um curso da EJA. E só com 18 anos completos ele poderá ser incluído em exames. (BRASIL 2000, p. 39, 40)

A EJA promove uma troca de conhecimentos entre gerações, devido à convivência de pessoas de mais idade com jovens a partir dos 15 anos de idade, pois o adulto traz consigo conhecimentos que independe de ser ou não alfabetizados.

Estudando a educação de adultos em seu contexto histórico e político, percebem-se as mudanças que vem ocorrendo ao longo dos anos.

2.1A Educação de Jovens e Adultos no contexto histórico e político brasileiro.

Ao longo dos tempos o nosso país tem mostrado uma preocupação com a falta de escolarização destinada para os adultos. Sendo está iniciada na época da colonização quando a população na grande maioria era determinada por índios, os quais receberam apenas uma educação voltada para a religião. A seguir chegaram ao Brasil os negros, escravizados, estes não compreendiam e não eram compreendidos por conta da linguagem, diferente de Portugal, por isso alguns negros recebiam ensinamentos, sendo lhes ensinados a falar a mesma linguagem usada na colônia, o que contribuiria para que os negros compreendessem as ordens nas quais eram direcionadas a eles. Essa realidade destacada por Mota (2009, p. 12) descrita no Período Imperial, relata que:

[...] negros, índios e mulheres continuaram sem escolarização e sem condições de participação na sociedade. Durante o estudo sobre a história da EJA no Brasil, observo que com a vinda da família Real para o Brasil, a preocupação com a educação se voltou para criação de cursos superiores a fim de atender aos interesses da monarquia, dando início à construção de fatores determinantes que culminaram com a Independência política do país. Entretanto, o que devemos evidenciar é que essa iniciativa objetivava exclusivamente oferecer educação para a aristocracia que formava a corte.

Os jesuítas dominaram a educação no período de colônia e império; de acordo com Pacheco et al. (2013), através de seu trabalho de catequisar, embora priorizasse a educação da elite, adultos indígenas e escravos também recebiam instruções educacionais. Os jesuítas acabaram sendo expulsos do país, e a responsabilidade do ensino ficou a cargo do estado, ficando o Marques de Pombal incumbido de organizar a educação. Com isso veio a responsabilidade do estado de legislar sobre a educação no Brasil. A partir daí foram tomadas medidas sobre a educação como na Constituição imperial de 1824, que passou a oferecer a todos a instrução primária gratuita.

Nos próximos anos afirma Dias (2012) aconteceram reformas na educação recomendando a preferência do ensino noturno para adultos. Em 1876, foi redigido um relatório mostrando que 200 mil alunos frequentavam as aulas noturnas, essas escolas foram durante muito tempo a única forma de educação de adultos.

No Brasil no final do século XIX e início do século XX iniciou-se o desenvolvimento industrial, segundo Maia (2013), nessa época o analfabetismo

passou a ser visto como um problema nacional tornou-se necessário a alfabetização de adultos para que eles dominassem as técnicas utilizadas na produção industrial, iniciando assim um crescimento lento da educação de adultos. Com a Constituição Federal (CF) de 1934, período esse em que a educação passa a ser dever do estado e o ensino primário passa a ser gratuito e obrigatório no país.

Até a década de 40, Almeida e Corso (2014) afirmam que a educação de adultos era considerada uma educação secundária, pois até essa época não tinha sido considerada pela legislação educacional do país. Nessa época contataram-se, altos índices de analfabetos no país, com o crescimento industrial as exigências educacionais eram preparar mão de obra para o mercado industrial. Com isso o Presidente Getúlio Vargas em 1942 cria o ensino profissionalizante o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) regido por empresas para a formação de profissionais qualificados para a indústria e a Confederação Nacional do Comércio (CNC) criou em 1946 o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) oferecendo em larga escala, educação profissional destinada à formação e à preparação de trabalhadores para o comércio.

Com o fim da ditadura militar e os altos índices de analfabetismo Porcaro (2011) destaca que o governo seguindo as determinações das Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) viu-se obrigado a criar campanha de alfabetização de adultos. Diante disso, Porcaro (2011, p.29) define que ocorreu em 1947:

[...] a 1ª Campanha de Educação de Adultos, propondo: alfabetização dos adultos analfabetos do país em três meses, oferecimento de um curso primário em duas etapas de sete meses, a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. Desenvolveu-se, então, nesse momento, uma discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil.

A partir desse período iniciou-se uma movimentação para discutir o analfabetismo e educação de jovens e adultos no país. Conforme Gentil (2005, p. 04) nessa mesma década foram realizados vários projetos e a realização de dois eventos importantes, o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos em 1947 e o Seminário Interamericano de Educação de Adultos em 1949. Na década de 50 houve a necessidade de erradicar o Analfabetismo para acompanhar o desenvolvimento do país, no ano de 1958 ocorreu o II Congresso Nacional de

educação de adultos, buscando avaliar as ações realizadas e propor soluções para as questões apresentadas.

No final da década de 1950 e início da década de 1960, conforme Machado e Marques (2015) ocorreram uma série de propostas de educação popular no Brasil, uma delas foi o MEB Movimento de Educação de Base, em associação com o MEC que repassaria a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) recursos para realizar a alfabetização de adultos por meio de emissoras de rádio católicas.

Ainda nessa década segundo Medeiros (2005) foi proposto a Paulo Freire a elaboração e desenvolvimento de um Programa Nacional de Alfabetização (PNA), junto ao Ministério da Educação. No entanto, antes mesmo de colocar em prática a proposta, o Golpe Militar encerrou o programa, o governo passou a ver as propostas de Freire como ameaçadoras. Em 1967, governo militar assumiu o controle da alfabetização de adultos e criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). O MOBRAL foi um projeto do governo militar e acabou tornando-se um dos maiores movimentos de alfabetização de adultos já realizado no país. A esse respeito Cunha (2014, p. 81) afirma que esse projeto tinha como principal meta:

[...] a erradicação do analfabetismo em 10 (dez) anos. O índice de analfabetismo, em 1970, era de 33%, o que representava 18 milhões de brasileiros maiores de 15 anos. Sua proposta, direcionada aos Jovens e Adultos, consistia na alfabetização funcional com vista a “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculos como meio de integrá-la à sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”.

O Ensino Supletivo (ES), implantado em 1971 de acordo com Salustiano e Silva (2010) foi um marco importante na história da educação de jovens e adultos do Brasil. Consolidado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 5.71, e regulamentada pelo Parecer CFE nº 699/72, na qual sua proposta era escolarizar um grande número de pessoas com baixo custo formando mão de obra para o desenvolvimento do país, que exigia maior escolarização das pessoas. Com esse objetivo foram criados Centro de Estudos Supletivos Em todo o país. O ensino supletivo seria algo temporário, mas logo depois se tornou um meio de ensino necessário por motivo da crescente procura.

Por conta dessa realidade Lioncio (2009, p. 5) relata quesurgiu em 1978:

[...] o Telecurso 2000, destinada aos jovens e adultos na faixa dos 15 anos ou mais. O Telecurso 2000 é um sistema supletivo que abarca o ensino

fundamental e médio e que foi desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho e pela Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Esta modalidade da educação de jovens e adultos é realizada a distância ou semipresencial e tem como objetivo elevar o nível de escolaridade dos trabalhadores brasileiros.

Com a Nova República, em 1985, o Mobral foi extinto e em seu lugar foi criada a Fundação Educar, conforme Strelhow (2010) sua função era de supervisionar e acompanhar os investimentos dos recursos e execução de seus programas. A Fundação Educar visava a ação de programas de alfabetização e de educação básica para adulto, seu atendimento dava preferência aos lugares com maior número de jovens e adultos analfabetos.

Ainda nessa década com as importantes transformações, sócio- políticas, o fim dos governos militares e a retomada do processo de democratização, que ocorria no país, afirma Haddad e Di Pierro (2003) que ocorreu o que se pode considerar um marco histórico para a Educação de Jovens e Adultos, o direito ao ensino fundamental público e gratuito conquistado na Constituição Federal (CF) de 1988, além da garantia constitucional, foi estabelecido, um prazo para que governos e a sociedade civil deveriam se empenhar em prol da erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental,

O ano de 1990 foi declarado pelas UNESCO como Ano Internacional da Alfabetização, mas em março do mesmo ano, a Fundação Educar foi extinta pelo presidente Fernando Collor de Mello, que encarregou os municípios de dar continuidade a esse atendimento.

Nessa década houve um grande crescimento econômico e surgiram novos movimentos. Segundo Andrade (2008), o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) que permaneceu desde 1990 a 1992, o (PNAC) criado para substituiu a Fundação Educar, tinha como propósito promover e mobilizar ações de alfabetização, através de comissões municipais, estaduais e nacional, envolvendo os diversos setores interessados das esferas públicas e da sociedade civil em geral. Com o Impeachment de Collor, seu sucessor Itamar Franco inicia em 1993 o Plano Decenal de Educação Para Todos apoiado pela UNESCO fixou a meta de eliminar o analfabetismo em dez anos,

Ainda na década de 90 foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/96 Na qual Machado (1991) afirma que a EJA passa a ser uma modalidade de educação básica nas etapas Fundamental e Médio, e passa

a oferecer oportunidade de ensino aqueles que não tiveram acesso ou não deram continuidade ao ensino na idade própria. A LDB destina apenas dois artigos em seu texto para a EJA, que deixa de ser considerada como uma compensação e passa a fazer parte da organização da educação nacional reconhecida como educação básica.

A nova LDB determinava segundo Morete (2010) que a União encaminhasse ao Congresso um Plano Nacional de Educação de duração decenal, esse foi o impulso para que o MEC iniciasse um processo que resultou no Plano Nacional de Educação (PNE), apresentado a Câmara dos deputados, quase ao mesmo tempo, que o conjunto de propostas para a educação o PNE da sociedade brasileira, as propostas referentes a EJA, abrangem metas quantitativas e dos montantes de financiamento.

Em 1997 foi realizada em Hamburgo a V Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos (V CONFINTEA), que trouxe contribuições para a EJA, com relação a Conferência, a UNESCO (2006, p. 17) destaca que:

[...] a garantia do direito universal à alfabetização e à educação básica, concebidas como ferramentas para a democratização do acesso à cultura, aos meios de comunicação e às novas tecnologias da informação. A educação de jovens e adultos foi valorizada também por sua contribuição à promoção da igualdade entre homens e mulheres, à formação para o trabalho, à preservação do meio ambiente e da saúde.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) criou em parceria com a comunidade solidária, em janeiro de 1997, o Programa de Alfabetização Solidária (PAS), conforme Ferreira (2014) sua meta inicial era atuar na alfabetização de Jovens e Adultos no Norte e Nordeste, diminuindo o número de analfabeto no país. O programa focava os jovens de 12 a 18 anos, atuava em parcerias com empresas e priorizava municípios com alto índice de analfabetismo.

Devido às reivindicações dos Movimentos sociais do campo por educação, surgiu em abril de 1998 o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), de acordo com Perius (2008), o programa tornou-se uma principal referência de educação de jovens e adultos do campo. Tinha como objetivo promover ações educativas nos assentamentos de reforma agrária. Nesse contexto Perius (2008, p. 53) afirma dizendo que o programa pautava-se nos seguintes princípios:

[...] desenvolver ações mediante parcerias entre os órgãos governamentais, Instituições de Ensino Superior (IES), movimentos sociais, sindicatos e comunidades assentadas; da multiplicação quando visa ampliar o número de alfabetizados, monitores e de agentes mobilizadores para promover a educação nos assentamentos; e da participação quando busca envolver a comunidade beneficiada em todas as fases do projeto; da inclusão quando visa ampliar as condições de acesso à educação como direito social fundamental na construção da cidadania dos jovens e adultos que vivem nas áreas de reforma agrária.com a educação de jovens e Adultos.

O Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e a Resolução CNE/CEB nº 01/2000, instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (DCNEJA) conforme Mafra e Leite (2016), o documento tem como finalidade estabelecer diretrizes nacionais que devem, obrigatoriamente, ser observadas na oferta da EJA, nas etapas fundamental e média, em instituições que integrem a organização da educação nacional, considerando o caráter próprio dessa modalidade de educação. No mencionado Parecer fica determinado que a EJA ficasse incumbida de cumprir três funções, como destaca Chilante e Noma (2009, p. 07) da seguinte maneira:

[...] reparação, equalização e qualificação. A primeira refere-se à inclusão social e à reparação de uma dívida histórica para com a classe trabalhadora. A segunda se articula com os interesses daqueles que tiveram sua trajetória escolar interrompida e apresenta-se como possibilidade de um novo ponto de partida para a igualdade de oportunidades. A última relaciona-se com a tarefa de levar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida. De acordo com o Parecer CNE/CEB 11/2000, a qualificação é a função permanente e o próprio sentido da EJA. Sua oferta é regular como modalidade de exercício da função reparadora, sendo oferecida na forma de cursos e de exames supletivos, meios pelo qual o poder público viabilizará aos jovens e aos adultos o acesso à escola.

Foi aprovado no ano de 2001, de acordo com Souza (2015) o Plano Nacional de Educação (PNE) Lei 10.172/2001, seus objetivos para a Educação de Jovens e Adultos era elevar o nível de escolaridade da população, melhorar o ensino em todos os níveis reduzir as desigualdades sociais e democratização da gestão do ensino público. O Plano Nacional de Educação tinha como metas para a EJA, acabar com o analfabetismo em dez anos, alfabetizando dois terços dos jovens e adultos analfabetos do país em cinco anos, assegurar que o ensino fundamental da modalidade EJA seja oferecido a todas as pessoas acima de 15 anos. Dobrar o atendimento ao ensino médio e implantar programas de EJA de ensino fundamental

e médio e cursos de formação profissional articulado à EJA, em todas as unidades prisionais e instituições que assiste a menores infratores.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) foi lançado em 2003, pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que se comprometeu a desenvolver políticas públicas voltadas à erradicação da fome e do analfabetismo no país. De acordo com Rummert e Ventura (2007) a meta do programa era acabar com analfabetismo no Brasil com finalidade de capacitar alfabetizadores e alfabetizar pessoas acima de 15 anos, adultos e idosos em um período de oito meses com carga horária entre 240 e 320 horas.

Foi criado em 2005, por meio da lei nº 11.129, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), segundo Duques (2015) esse programa proporciona a inclusão e reinserção social de jovens com 18 a 24 anos, que tenham cursado até o 5º ano do Ensino Fundamental que não concluirão seus estudos e não possuam vínculo empregatício.

Em 2005 o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos, o (PROEJA), de acordo com Alves (2013) foi criado pelo Governo Federal com o intuito de qualificar trabalhadores, aumentar seu nível de escolaridade e proporcionar uma formação profissional para jovens e adultos. O programa foi ampliado em 2006, incluindo em suas diretrizes a oferta de cursos Proeja para o Público do ensino fundamental da EJA.

Em relação ao perfil do aluno do PROEJA, Alves (2013, p. 26) destaca que:

O PROEJA, em síntese trabalha com sujeitos “marginais” ao sistema, apresentando predominantemente a cor parda, faixa etária entre 18 e 60 anos com Predominância de jovens entre 18 e 24 anos oriundos da rede pública de ensino, com baixa renda familiar, que se ausentaram da escola principalmente pela necessidade de buscar um trabalho devido a baixa condição financeira e que, na sua grande maioria, apresentam autoestima baixa.

É importante notar que uma parcela significativa dos alunos que frequentam as turmas do PROEJA no IFRN já concluíram o ensino regular e busca o PROEJA para refazer um ensino médio com melhor qualidade associando isso a uma qualificação profissional.

Entrou em vigor no ano de 2007, a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Marchioro (2013) ressalta que o FUNDEB veio para substituir o Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) na qual a EJA ficou de fora na distribuição dos recursos financeiros. O reconhecimento da existência da EJA na distribuição dos recursos da união, mesmo de forma desigual aos alunos do ensino regular, passam a ser contabilizados na distribuição dos investimentos em educação.

No Brasil especificamente em Belém do Para, no ano de 2009 foi realizada a VI CONFINTEA, segundo Costa (2013) a conferência tinha a finalidade de fazer um balanço dos avanços alcançados na aprendizagem de adultos e destacou a constituição da aprendizagem ao longo da vida como um marco conceitual, ampliando a concepção da EJA, buscando novos desafios para essa modalidade de ensino, baseados em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos.

Visando incrementar a aprendizagem, tivemos uma grande conquista para a EJA, de acordo com Celestino (2014), foi criado pela Resolução Nº 51 de 16 de setembro de 2009, o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA), passando a distribuir obras didáticas para todas as escolas públicas iniciando pelos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental até chegar ao Ensino Médio da EJA, considerando as diversidades culturais e sociais do país. Com o propósito de atingir suas metas

Criaram-se princípios e critérios de avaliação. A esse respeito Celestino (2014, p.15) ressalta que:

Com o objetivo de alcançar os fins propostos foram criados princípios e critérios de avaliação dos livros didáticos da EJA, focados numa produção específica e coerente para seu público, pois subjacentes ao livro didático existem interesses político-ideológicos de órgãos de órgãos governamentais, editoras, imprensa, educadores, motivando uma disputa em torno do seu mercado editorial, sobretudo, como recurso didático facilitador do trabalho do professor ao usa-lo em sala de aula.

Entre as políticas públicas de educação voltadas para os cursos técnicos, destaca-se: o PRONATEC Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Conforme Mariano (2012) o programa foi criado em 2011, pelo Governo Federal, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica beneficiando estudantes da rede pública, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda, que estejam cursando o ensino médio inclusive da educação de jovens e adultos.

Assim Mariano (2012, p 21) afirma dizendo que:

O PRONATEC oferece cursos gratuitos em escolas públicas federais, estaduais e municipais, nas unidades de ensino do SENAI, do SENAC, do SENAR e do SENAT, em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio. Os curso ofertados são: Técnico para quem concluiu o ensino médio, com duração mínima de um ano; Técnico para quem está matriculado no ensino médio, com duração mínima de um ano; e, Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional para trabalhadores, estudantes de ensino médio e beneficiários de programas federais de transferência de renda, com duração mínima de dois meses.

Em 2014 o Congresso Nacional aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) sob a Lei 13.005/2014, conforme Haddad e Siqueira (2016) o PNE tem vigência por dez anos, desde sua publicação. Entre as vinte metas elaboradas pelo PNE, encontramos a meta 9 que fala da alfabetização de Jovens e Adultos e quer, “Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo funcional”. Mesmo com os avanços nos índices de escolarização, ainda são altas as taxas de analfabetismo entre os jovens e adultos do país. Fazer com que os adultos não alfabetizados voltem a escola é um empecilho para erradicar o analfabetismo. A articulação entre as ações de alfabetização e a continuidade da EJA é uma ferramenta de fundamental importância para reverter esse quadro.

A meta 10 estabelece a oferta de “Oferecer no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”. A integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional pode ser realizada no ensino fundamental e médio, em cursos planejados de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos. Tornar a escola mais atraente e manter o aluno estudando até o fim é um grande desafio para a modalidade EJA.

Ao longo dos anos percebe-se que a EJA vem assumindo uma nova identidade, apesar de muitas lutas e conquistas, o número de pessoas não escolarizadas é grande, mesmo com inúmeras leis e programas do Governo Federal, ainda é preciso muito esforços para acabar com o analfabetismo no país.

2.2 FUNDEB: Valor mínimo anual por aluno ano 2015.

Entrou em vigor no ano de 2007, a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). “Seu objetivo é arrecadar fundos provenientes principalmente dos impostos para investimento na educação básica” (VICENTE; RAMOS; MOREIRA, 2015. p. 229).

Este fundo foi criado pela a Emenda Constitucional nº 53/2006 que dá nova redação ao texto constitucional ampliando direitos educacionais e regulamentando os deveres dos entes federados com os recursos para a educação, e foi regulamentado na Lei nº 11.494/2007 e o Decreto nº 6.253/2007, estabelecendo um Fundo para cada estado e um para o distrito federal, no total de 27, todos destinados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal (BRASIL, 1988, 2006, 2007a, 2007b).

Sempre que os recursos do estado que destinados à educação básica não forem o suficiente na distribuição com base no número de alunos matriculados o Fundo conta com recursos da União. Quanto à distribuição de renda o FUNDEB segue normas constituídas de acordo a LDB nº 9.394/96 no art. 69. Que a União aplicará 18%, os estados, o distrito federal e os municípios aplicarão 25% das receitas provenientes dos impostos.

Este financiamento é destinado à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública, independente da modalidade, seja ela regular, especial, ou de jovens e adultos; com atendimento podendo ser matutino, vespertino ou noturno; em escolas que atenda na zona urbana, rural, quilombola ou indígena. (VICENTE; RAMOS; MOREIRA, 2015).

O FUNDEB segundo Marchioro (2013) veio para substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) na qual a EJA ficou de fora na distribuição dos recursos financeiros. O reconhecimento da existência da EJA na distribuição dos recursos da união passa a ser contabilizados na distribuição dos investimentos em educação. Com o financiamento da educação básica por um único fundo, fica reservada um limite máximo para a Educação de Jovens e Adultos.

Diante disso Souza (2013, p. 21) ressalta que,

[...] segundo o 3º artigo do decreto nº 6.253/2007, estabelece um limite máximo de 15% para esta modalidade de ensino. O estabelecimento de 15% do FUNDEB como teto máximo para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos cria um limite para os gastos públicos com a EJA, barreira que não existe para outros níveis de modalidades

A legislação do FUNDEB prevê que 60% dos recursos totais continuem sendo destinada a valorização do Magistério na remuneração dos profissionais da educação que sejam efetivados na educação pública.

O FUNDEB veio para obrigar os municípios e estados a exercerem na educação pública uma cooperação entre si, que o valor que cada um receberá dependerá da arrecadação e do número de alunos matriculados.

Para a distribuição dos recursos do FUNDEB aos municípios são consideradas as matrículas na educação infantil e ensino fundamental, levantadas pelo Censo Escolar no ano anterior. Aos estados é feito com base no ensino fundamental e médio, garantindo um investimento mínimo por aluno (PINHEIRO, 2016).

De acordo com dados publicados no Diário Oficial da União (DOU), o valor anual mínimo nacional por aluno no ano de 2015 ficou estabelecido em R\$ 2.545,31. Este é o valor de repasse do FUNDEB. O montante equivale ao gasto mínimo de R\$ 212,10 ao mês por estudante.

2.3 Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos.

Evasão escolar é um tema que vem ganhando destaques nos dias atuais, apresenta-se como uma deficiência do sistema educacional brasileiro. No dicionário a palavra evasão significa ato de evadir, fuga, saída, é a ação de abandonar alguma coisa, segundo Leite (2014). A evasão escolar se dá quando o aluno abandona a escola durante o período letivo, antes de concluir uma série ou curso.

A evasão escolar é um problema de grandes proporções que persiste há anos, desafiando sociedade governos e educadores. É preocupante os altos índices de evasão nesta modalidade educativa, pois trata-se de pessoas jovens e adultos que deixaram de estudar por diversos motivos e voltaram a escola após alguns anos. Esse assunto, vem ganhando destaque atualmente, afetando não só a Educação de Jovens e Adultos, mas as demais modalidades educacionais, principalmente as escolas públicas, se tornando uma das principais causas de

repetência escolar no país. Trata-se de um cenário que vem sendo discutido por pesquisadores e educadores há algum tempo, essa é uma questão ainda distante de ser resolvida, podendo trazer sérias consequências de ordem social acadêmica e econômica, a esse respeito Meira (2015, p. 26) ressalta que:

Tal fenômeno pode ocasionar sérias repercussões acadêmicas, sociais e econômicas, acarretando problemas escolares para os alunos e para a sociedade. Também problemas de natureza pedagógica e administrativa para o sistema educacional, assim como, perdas financeiras para as instituições de ensino e para o governo, devido a gastos desnecessários e investimentos desperdiçados com materiais e profissionais para vagas que são preenchidas por alunos que não concluem os cursos.

Essas são algumas repercussões causadas pela evasão escolar que tem aumentado muito nos últimos anos, Alcoforado, Santos e Silva (2009) afirmam que a maioria dos alunos matriculados na EJA não termina o curso. Por isso é de essencial relevância compreender os caminhos que tem levado jovens e adultos a evasão, sabendo que eles podem ser de ordem social, econômica, assim como as diferenças culturais. Buscam-se por medidas preventivas, que possam contribuir na redução desta estatística. No início do ano observa-se um elevado número de alunos nas salas da EJA, no decorrer do ano letivo este número de discentes diminui devido os inúmeros obstáculos encontrados.

Muitos indivíduos percebem o peso ao abandonar a escola, e passam a compreender a real necessidade de retomar seus estudos, pois necessitam voltar aos bancos escolares na tentativa de melhorar de vida e resgatar os conhecimentos perdidos. Com isso cabe ao professor o papel de conscientizar seus alunos da EJA, estimulando-os a buscar conhecimento a avançar nos estudos e a procurar ter formação e qualificação sendo esta a única forma de conquistar a elevação social, a libertação do analfabetismo, possibilitando sua ascensão (AJALA, 2011).

2.4 As causas da evasão na Educação de Jovens e Adultos: por outros olhares.

A questão da evasão escolar na educação de jovens e adultos EJA, levanta algumas contradições entre autores, cada autor vê a evasão de ângulos diferentes, de modo diferente e por motivos diferentes, para esses autores as causas podem ser sociais, políticas, culturais pedagógicas e psicológicas. Conforme Gugelmin (2015), alunos com carências sociais e econômicas apresentam baixo rendimento

escolar estando mais propenso ao abandono escolar, muitas vezes o fator evasão está ligada a decisão do ingresso do aluno ou permanência dele no mercado de trabalho, no qual ele tem que escolher entre apenas estudar, estudar e trabalhar ou apenas trabalhar o educando tem muitas dificuldades em conciliar trabalho e estudo, levando-o a muitas vezes a abandonar a escola, lembrando que o trabalho é uma fonte de ajuda para a família e para seu próprio sustento, o qual ele acaba sendo obrigado a abandonar a escola.

Da mesma maneira, Anuto (2013) define a evasão como um problema social complexo, causado pela desigualdade social e econômica, os efeitos dessa desigualdade levam os alunos a abandonar a escola. Geralmente isso acontece em escolas da classe trabalhadora, na qual os alunos que trabalham para seu sustento e da família ficam desmotivados, pois seus horários são incompatíveis com a responsabilidade que tem que assumir e acabam desistindo dos estudos.

Em relação a evasão, Nunes (2015) diz ainda que o abandono escolar não é só um problema social e sim econômico, porque o jovem quando abandona o estudo simultaneamente deixa de ter qualificação para o trabalho e quando conseguem trabalho recebem menos salários, ou fica, em alguns casos, a mercê de programas sociais no qual acaba gerando gastos para o governo, que automaticamente para suprir esses gastos, aumenta a arrecadação de impostos e isso acaba interferindo diretamente no bolso da população.

A evasão pela análise de Carneiro (2010) se destaca pela falta de uma proposta pedagógica em que as disciplinas devem ser integradas, a escola se mantém atrasada sem inovação para competir com a sociedade atual, para que haja mudanças é preciso usar a criatividade, novas metodologias, na qual as aulas sejam significativas, com atrativos para despertar o aluno a ser crítico, questionador e formador de opiniões. Destaca também a importância da formação de professores, pois uma das maiores dificuldades encontradas na EJA é a falta de formação para professores, já que sua responsabilidade é preparar os alunos para que sejam pessoas ativas e participantes na sociedade

Diante desse contexto, Oliveira e Eiterer (2008) destacam que:

[...] é importante pensar o trabalho pedagógico da EJA de forma que o educando participe do desenvolvimento da sociedade. Sendo assim, nós, enquanto educadores, temos a responsabilidade de criarmos uma dinâmica metodológica que atinja o interesse do educando, de maneira que a escola

recupere seu objetivo social e supere o fracasso escolar, a repetência e a “evasão”.

A evasão na EJA segundo Dourado (2013) está relacionada a ausência de políticas públicas do governo por não propor ações que ajudem a melhorar a qualidade da educação, contribuindo para a não permanência do aluno da EJA na escola. Essas políticas devem ser fundamentadas em ações que respeitem as dimensões sociais, econômicas e culturais, para garantir que esses educandos permaneçam estudando, é preciso cobrar das políticas públicas o cumprimento dessas condições. Diante disso é necessário desenvolver políticas de apoio aos alunos da EJA, proporcionando a esses alunos condições de acesso e permanência na escola.

Na visão dos autores Amaral e Costa (2009) a variável causadora da evasão escolar é o fracasso escolar do sistema político. As novas políticas de incentivo, que surgiram em várias áreas, em vários níveis de ensino incentivando a alfabetização para jovens e adultos, não tem sido suficiente. Devido as diferentes administrações as novas políticas implantadas acabam sofrendo descontinuidade, com isso percebe-se que há necessidade de melhorar as políticas públicas voltadas para educação reduzindo evasão escolar

Com relação aos fatores causadores da evasão Pacó (2014, p. 35) destaca que:

Fatores políticos podem ser caracterizados, sobretudo como fator inicial para a causa da evasão escolar da EJA, uma vez que se estes que norteiam essa modalidade de ensino não cumprem o seu papel, o fracasso será evidente.

Os fatores de ordem psicológica também são discutidos como agravantes da evasão da EJA por Santos; Gomes e Santana (2013) eles ressaltam que as causas da evasão podem ser de ordem psicológica, gerada pela insegurança do aluno adquirida ao longo do processo escolar, por deixar o aluno com baixa autoestima levando-o a abandonar a escola por qualquer decepção sofrida no durante o processo escolar.

2.5 Analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais.

Ainda existem ao redor do mundo de acordo com Haddad e Siqueira (2016) milhões de jovens e adultos que não tem capacidade básica de leitura e escrita. O Brasil está entre os 10 países que concentram a maior parte da população analfabeta do mundo. Inclusive observa-se que ultimamente a queda do analfabetismo tem sido pouco significativa considerando os anos anteriores.

A Legislação brasileira conforme Casério (2014) oferece educação básica obrigatória e gratuita a todos, mas na realidade uma grande parte da população não teve essa oportunidade ou teve de forma insuficiente. Devido a grandes desníveis sociais existente em nosso país, o baixo índice de escolarização está relacionado com fatores sociais, políticos, culturais e econômicos. É preciso considerar que pelas diversas razões o país ainda tem um grande índice de analfabetismo.

A palavra analfabetismo de acordo com Soares (1999) é definida no dicionário como estado ou condição de analfabeto e analfabeto é o indivíduo que não sabe ler e escrever, aquele que não conhece o alfabeto.

No Brasil o termo analfabeto ainda e carregado de muito preconceito e compromete a vida social do analfabeto, os analfabetos passam por muitos constrangimentos, principalmente as situações de identificação pública na qual passam a ser vivida como humilhação. Por esse motivo a aprendizagem do nome é o primeiro desejo do adulto em processo de alfabetização (SOUZA, 2012)

A alfabetização segundo o dicionário Aurélio é o ato de ensinar a ler e escrever. O processo de ensino de leitura e escrita para crianças e adultos na fase inicial da escolarização é chamado alfabetização.

Para alguém ser considerado alfabetizado a algum tempo atrás conforme Schwartz e Mendonça (2003) apud Lagoa (1990) era preciso saber codificar e decodificar sinais gráficos. Hoje a pessoa que apenas realiza essa função, já não e considerado alfabetizado, mas sim analfabeto funcional.

Na década de 30 segundo Ribeiro et al. (2011) surgiu nos Estados Unidos durante a segunda guerra mundial o termo analfabetismo funcional e era utilizado para indicar a capacidade de entender as instruções escritas para a realização de tarefas militares.

A definição adotado no Brasil pelo IBGE e INEP referenciada pela UNESCO classifica analfabetos funcionais como “pessoas às quais falta domínio de habilidades em leitura, escrita, cálculos e ciências, correspondentes a uma

escolaridade de até 3 séries completas do ensino fundamental ou antigo primário, ou seja menos de 4 anos de estudo.”

Há pessoas que chegam a níveis mais alto de estudo como afirmam Costa; Monteiro; Miranda (2015) e ainda apresentam características de analfabetos funcionais. Diante disso foi criado em 2001 o (INAF) Índice de Analfabetismo funcional, com objetivo de constatar os níveis de letramento da população

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais do Brasil em 2014, apresentou uma taxa de 8,3% isso significa (13,2 milhões de pessoas) Os dados mostram que as metas do Plano Nacional de Educação para redução da taxa de analfabetismo de pessoas maiores de 15 anos até 2015 no país ainda não foram alcançadas.

A pesquisa definida pelo IBGE (2015) ao analisar por regiões geográficas por amostra de domicílios, observou uma desigualdade relevante na taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, a Região Nordeste segue tendo a maior taxa de analfabetismo com 16,6%, seguida pela Região Norte com 9,0%, a Região Centro Oeste 6,5%, a Região Sudeste 4,6% e Região Sul com 4,4%. As Regiões Sul e Sudeste continuam com as menores taxas.

A pesquisa considerou também considerou a taxa de analfabetismo funcional de pessoas com 15 anos ou mais e com menos de 4 anos de estudo, nesse grupo o analfabetismo funcional em 2014 foi de 17,6%.

As análises dos dados por sexo mostram que as variações são pequenas, com taxa de 8,6% para os homens e 7,9% para as mulheres em 2014. Esses dados mostram que o índice de analfabetismo de pessoas acima de 15 anos do sexo masculino apresenta um índice um pouco superior ao feminino (PENAD, 2014).

3 METODOLOGIA

O presente estudo teve como ideia inicial investigar a quantidade de alunos evadidos na EJA, com o aprofundamento dos estudos o foco da pesquisa foi direcionado para o prejuízo financeiro que os alunos evadidos custariam ao governo. Desta forma a metodologia foi realizada em três momentos: em um primeiro momento foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica; em um segundo momento se realizou uma pesquisa de campo junto a SEMED do Município de Ariquemes aonde se realizou uma pesquisa documental e em um terceiro momento se realizou uma pesquisa de natureza quantitativa com a finalidade de identificar qual o custo de um aluno evadido da EJA para o governo federal. Para este estudo quantitativo, o método utilizado para coleta das informações foi a planilha do Excel.

Pesquisa de cunho bibliográfico (**1º Momento**): pesquisa de autores que abordam o histórico, a legislação e os conceitos sobre a evasão escolar da EJA no Brasil.

Pesquisa de campo (**2º Momento**): pesquisa realizada através de visitas a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) junto ao coordenador da Educação de Jovens e Adultos. A primeira visita ocorreu no final do ano de 2015, e também no início de 2016, a Secretaria Municipal forneceu documentos oficiais com dados da evasão da EJA, com essas informações foi possível criar um banco de dados que demonstrasse a evasão da EJA no município de Ariquemes.

Pesquisa quantitativa (**3º momento**): pesquisa realizada mediante a análise do banco de dados conseguido no segundo momento junto a SEMED e para ter como base para o cálculo do custo médio de cada aluno da educação básica para o FUNDEB em 2015 utilizou-se dados do Ministério da Educação conseguidos junto ao Diário Oficial da União (DOU).

O Excel foi o software utilizado para realizar o cruzamento dos dados e quantificar o custo dos alunos evadidos na EJA do município de Ariquemes para o governo federal. Importante ressaltar que o cálculo levou em consideração apenas os valores investidos pelo governo federal repassado pelo FUNDEB, não sendo computada a contrapartida do Município de Ariquemes.

Os cálculos realizados são uma simulação para se chegar a uma estimativa, uma média tendo como base a modalidade EJA, os resultados demonstram um valor

aproximado dos investimentos em educação e as perdas financeiras com a evasão no ensino fundamental da EJA em 2015, no município de Ariquemes.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram cedidos pelo Departamento de Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) da Prefeitura de Ariquemes. Vale ressaltar que a modalidade da EJA das escolas do município ocorre apenas no período noturno.

Foram disponibilizadas algumas variáveis seguindo a estatística percentual final de rendimento das escolas Municipais de Ariquemes por modalidade no ano de 2015. Na tabela disponibilizada demonstra o percentual calculado pela matrícula inicial e final dos alunos; os alunos admitidos após o mês de março; os alunos evadidos; os alunos transferidos; os alunos aprovados; os alunos reprovados; e outros.

As variáveis analisadas que definiram a base da amostragem da pesquisa foram apenas os alunos matriculados inicialmente e os alunos evadidos. Na primeira análise irá abranger de forma global definindo um número total de matriculados e de evadidos como o custo total dos alunos matriculados e o custo total dos alunos evadidos.

E posteriormente a análise dos alunos foram divididos em dois blocos: o primeiro que abrange os alunos da EJA de 1ª a 4ª série e o custo dos alunos evadidos nestas séries e o segundo que abrange os alunos da EJA de 5ª a 8ª série e o custo dos alunos evadidos nestas.

4.1 Total de Alunos evadidos na EJA (1ª a 8ª série) no ano de 2015.

Nesse primeiro momento optamos por apresentar uma análise geral como mostra os dados abaixo na tabela 01 cedidos pela SEMED, nos quais foram avaliados o número total de matrículas e total de alunos evadidos da modalidade EJA nas salas de 1ª a 8ª série no ano de 2015 em Ariquemes.

Tabela 1 - Evasão da EJA nas Escolas Municipais (1ª - 8ª série) do ano de 2015 em Ariquemes, RO.

Modalidade	Turmas	Nº de matrículas	Nº de evadidos
------------	--------	------------------	----------------

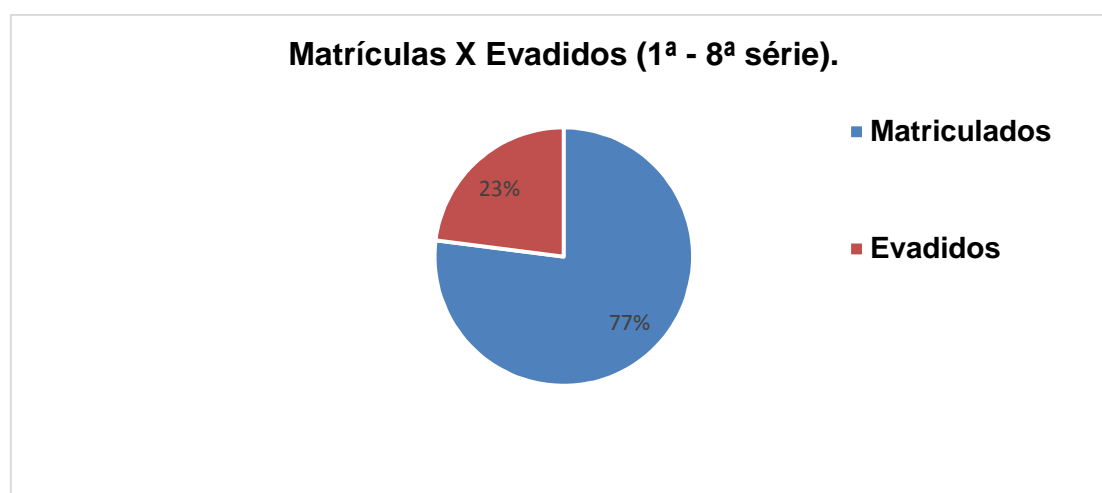
	1ª Série	58	07
	2ª Série	35	04
	3ª Série	33	11
Educação de	4ª Série	36	06
Jovens e Adultos	5ª Série	86	37
	6ª Serie	100	39
	7ª Série	93	32
	8ª Série	92	23
TOTAL		533	159

Fonte: SEMED

Como foi observado acima se constatou que evasão escolar teve um elevado índice nas séries finais da EJA. Dessa maneira o ensino fundamental das escolas municipais da EJA em 2015 apresentou um total geral de 159 alunos evadidos.

Analisando o número de matrículas e o número de alunos evadidos das escolas municipais do ano de 2015 em Ariquemes, temos uma taxa de 23% de evasão como podemos ver logo abaixo.

Gráfico 1



Fonte: SEMED

Como podemos ver a evasão tem maior destacas nas quatro séries finais, nesse sentido afirma Shirasu (2014) quanto mais elevado o nível de ensino maior são as taxas de evasão que ao serem quantificadas se atribui um custo a elas.

4.2 Custo aluno evadido 1ª a 8ª série.

O cálculo abaixo nos mostra uma análise geral do valor recebido por alunos matriculas no início do ano e as perdas geradas por alunos evadidos no ensino fundamental da EJA no ano de 2015 em Ariquemes, dispomos uma taxa de 23% de perdas originadas por evasão.

Neste momento para calcular total investido pelo FUNDEB para encontrar o valor total repassado aos alunos matriculados na EJA de 1ª a 8ª série, fora inserido o valor total de matriculados - Numero de Matricula Inicial (*NMI*), vezes o Gasto Mínimo Mensal (*GMM*),vezes o Período Letivo (*PL*). Para chegar ao valor gasto com os alunos matriculados $NMI \times GMM \times PL = \text{Total Gasto Pelo FUNDEB com alunos matriculados}$, ou seja, $533 \times 12 \times 212,10 = 1.356.591,60$.

Para definir o custo total com as perdas dos alunos evadidos de 1ª a 8ª série da EJA, foi realizado um cálculo inserindo o total de alunos evadidos - Número de Evadidos Total (*NET*), vezes o Gasto Mínimo Mensal (*GMM*),vezes o Período Letivo (*PL*). Para chegar o valor total gasto pelo FUNDEB com alunos evadidos: $NET \times GMM \times PL$, ou seja, $159 \times 212,10 \times 12 = R\$ 404.686,80$

Seguindo este cálculo simples levando em conta apenas o gasto por aluno realizado pelo FUNDEB demonstra que os valores gastos com alunos matriculados na EJA em 2015 chegam a um milhão trezentos e cinquenta e seis mil quinhentos e noventa e um reais e sessenta centavos R\$ 1.356.591,60. Com a evasão destes 23% dos alunos proporcionou uma perda financeira de quatrocentos e quatro mil seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos (R\$ 404.686,80). Vale destacar que os cálculos levam em conta só os valores gastos apenas pelo governo federal, repassados pelo FUNDEB, não osgastos realizados pelo município.

4.3 Primeiro Bloco: Alunos de 1ª a 4ª série da EJA no Município de Ariquemes.

No início do ano as salas de aulas ficam lotadas, como mostra os dados abaixo na tabela 01 cedidos pela SEMED, os quais verificou-se o número de

alunosmatriculados no início do ano de 2015 no primeiro segmento da EJA no Município de Ariquemes nas salas de 1ª a 4ª série, meses depois os alunos começam a deixar de frequentar a escola, como já vimos anteriormente na afirmação de Leite (2014) que a evasão se dá quando o aluno abandona a escola durante o período letivo.

Tabela 2- Evasão do 1º segmento por Escola Municipal (1ª - 4ª série) do ano de 2015 em Ariquemes, RO.

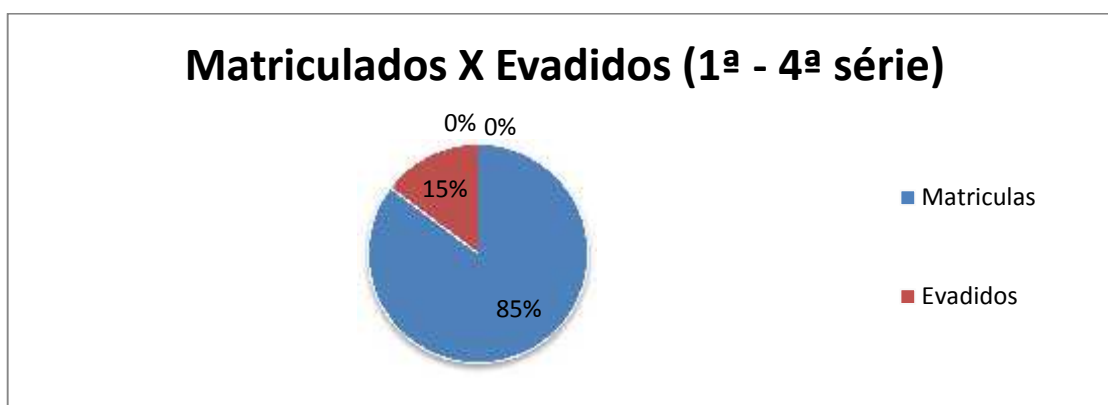
Modalidade	Turmas	Nº de matrículas	Nº de evadidos
EJA 1º segmento	1ª Série	58	07
	2ª Série	35	04
	3ª Série	33	11
	4ª série	36	06
TOTAL		162	28

Fonte: SEMED

Ainda analisando o fenômeno da evasão, na tabela acima temos uma visão mais detalhada da evasão na EJA nas salas de 1ª a 4ª série que no ano de 2015 apresentou um total de 28 alunos evadidos.

Analisando o número de matrículas e o número de alunos evadidos no 1º segmento por escola municipal (1ª – 4ª série) do ano de 2015 em Ariquemes, temos uma taxa de 15% de evasão nessas turmas como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 02



Fonte: SEMED

A evasão da EJA é uma situação preocupante, Conforme Oliveira (2015) com base em estudos divulgados em 2013 pelo (PNUD) Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento, “um a cada quatro alunos que inicia o ensino fundamental no Brasil abandona a escola antes de completar a última série.” Com isso o Brasil se torna um país com alto índice de abandono escolar. E o maior desafio que as escolas encontram hoje é fazer com que o aluno jovem e adulto permaneça na escola e conclua o ano letivo.

4.4 Custo aluno evadido 1º bloco.

Para a realização do cálculo para quantificar o custo dos alunos evadidos pesquisado no 1º segmento por escola municipal (1ª – 4ª série) do ano de 2015 em Ariquemes, utilizou-se as seguintes variáveis, o Número de Evadidos (NE) que são 28 alunos, vezes o Gasto Mínimo Mensal (GMM) garantido pelo FUNDEB que são de R\$ 212,10 por aluno, vezes o Período Letivo (PL) doze (12) meses. Desta forma cria-se a equação $NE \times GMM \times PL$, ou seja $28 \times R\$ 212,10 \times 12 = R\$ 71.265,60$

Seguindo este cálculo simples levando em conta apenas o gasto por aluno realizado pelo FUNDEB demonstra que a evasão destes 15% dos alunos proporcionou uma perda financeira de setenta e um mil duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos (R\$ 71.265,60). Vale destacar que os cálculos levam em conta só os valores gastos apenas pelo governo federal, repassados pelo FUNDEB, não os do município.

Como já vimos anteriormente no início desse trabalho de acordo com Meira (2015) as perdas de alunos que iniciam e não terminam o curso são perdas consideráveis tanto para o aluno quanto para a sociedade, o aluno além da não obtenção do título, deixa de se relacionar socialmente e construir o próprio conhecimento. As perdas no setor público estão relacionadas a recursos públicos investidos sem o devido retorno, gastos desperdiçados para vagas que são preenchidas por alunos que não concluem o curso, considerando que o custo de uma sala completa é o mesmo de uma sala em que mais da metade dos alunos são evadidos.

4.5 Segundo bloco: Alunos de 5ª a 8ª série da EJA no Município de Ariquemes.

Como acabamos de ver acima a evasão também se faz presente até com maior destaque no 2º segmento da EJA, como mostra os dados abaixo na tabela 02 cedidos pela SEMED, os quais verificou-se o número de alunos matriculados no início do ano de 2015 no segundo segmento da EJA no Município de Ariquemes nas salas de 5ª a 8ª série. Dantas (2010) afirma que a evasão escolar é considerada um desafio permanente em todos os níveis de ensino e em todas as faixas etárias, levando milhares de crianças, adolescentes, jovens e adultos a deixarem as salas de aula, com isso elevando os números da evasão.

Tabela 3 -Evasão do 2º segmento por Escolas Municipais (5ª - 8ª série) do ano de 2015 em Ariquemes, RO.

Modalidade	Turmas	Nª de matriculas	Nª de evadidos
EJA 2º segmento	5ª Série	86	37
	6ª Série	100	39
	7ª Série	93	32
	8ª Série	92	23
Total:		371	131

Fonte: SEMED

Ainda analisando o fenômeno da evasão, nas séries finais do ensino fundamental da EJA na tabela acima temos uma visão clara do elevado número de evasão nas salas de 5ª a 8ª série que no ano de 2015 apresentou um total de 131 alunos evadidos.

Analisando o número de matriculas e o número de alunos evadidos no 2º segmento por escola municipal (5ª - 8ª série) do ano de 2015 em Ariquemes, temos uma taxa de 26% de evasão nessas turmas como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 03



FONTE: SEMED

É necessário entender que a evasão significa que o aluno deixa a escola por um tempo determinado ou não, conforme Silva (2014) ela acontece por várias as razões podendo ser elas de ordem social, cultural, político e principalmente econômica. Os reflexos desse problema é sentido em vários setores da sociedade, principalmente ao educando causando danos irreparáveis em sua vida.

4.6 Custo aluno evadido 2º bloco.

Para a realização do cálculo para quantificar o custo dos alunos evadidos pesquisadono 2º segmento por escola municipal (5ª – 8ª série) do ano de 2015 em Ariquemes, utilizou-se as seguintes variáveis, o Número de Evadidos (NE) que são 131 alunos, vezes o Gasto Mínimo Mensal (GMM) garantido pelo FUNDEB que são de R\$ 212,10 por aluno, vezes o Período Letivo (PL) que na EJA doze (12) meses. Desta forma cria-se a equação $NE \times GMM \times PL$, ou seja $131 \times R\$ 212,10 \times 12 = R\$ 333,421,20$.

Seguindo este cálculo simples levando em conta apenas o gasto por aluno realizado pelo FUNDEB demonstra que a evasão destes 26% dos alunos proporcionou uma perda financeira de cento e sessenta e seis mil e setecentos e dez reais e seis centavos (R\$ 333.421,20). Novamente lembrado que os cálculos levam em conta só os valores gastos apenas pelo governo federal, repassados pelo FUNDEB, não os do município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi possível investigar a quantidade de alunos evadidos na EJA e as perdas financeiras que essas evasões causam ao governo. Constatamos que mesmo com os avanços que a educação tem passado e com os altos investimentos, a evasão escolar persiste a crescer, levando os alunos a se evadirem da escola, sendo que na EJA a evasão ocorre com maior destaque, podendo ser causadas por vários fatores como diversidades sociais e econômicas, ausência de políticas públicas, falta de propostas pedagógicas inovadoras, insegurança e baixa autoestima do aluno.

Os valores investidos pelo FUNDEB aos alunos matriculados no ensino fundamental da EJA, no ano de 2015 em Ariquemes chegam a um montante de um milhão trezentos e cinquenta e seis mil quinhentos e noventa e um reais e sessenta centavos (R\$ 1.356.591,60), esse foi o custo anual dos alunos matriculados. Os 23% dos alunos evadidos no ensino fundamental da EJA geraram uma perda financeira que chega a quase um quarto desse valor, provocando uma perda de quatrocentos e quatro mil seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos ou seja, R\$ 404.686,80, essas são somente as perdas calculadas sobre o valor mínimo do FUNDEB, não sendo incluído nem um outro recurso financeiro. É importante ressaltar que esses cálculos usando o valor mínimo por alunos repassados pelo FUNDEB e os dados repassados pela SEMED são apenas para se chegar a uma estimativa para então tentar criar um cenário tendo como base a modalidade EJA que demonstre um valor aproximado dos investimentos na educação e as perdas deste montante com a evasão no Município de Ariquemes

Tendo este cenário a pesquisa demonstrou um alto número de evasão nas escolas municipais de Ariquemes no ensino fundamental da modalidade EJA, sendo que os maiores números ocorreram nas salas 5ª a 8ª série com maior índice de evadidos. Averiguamos que o ensino fundamental da EJA teve um índice de 23% de evasão escolar em 2015.

Lembrando que o analfabetismo de pessoas acima de 15 anos que no Brasil passa dos 13 milhões de pessoas, também acaba contribuindo com a evasão escolar, pois alguns adultos ao iniciar a alfabetização na EJA encontram dificuldade

com a aprendizagem ou devido ao cansaço do trabalho diário, acabam abandonando os estudos elevando os números da evasão.

Diante dos dados levantados concluímos que a evasão escolar é um problema motivado por um conjunto de situações que causa prejuízo significativo ao estudante que por não concluir o curso, deixa de obter seu título e construir seu conhecimento. O setor público também perde, já que os fundos investidos pelo governo são desperdiçados para vagas que são preenchidas por alunos que não concluem o curso. Espera-se que essa pesquisa possa contribuir de alguma forma para que sejam feitas reflexões sobre as perdas causadas pela evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos. E que governo, profissionais em educação e sociedade encontrem medidas que ajudem a melhorar ou solucionar esse problema contribuindo para que o aluno da EJA possa permanecer na escola.

REFERÊNCIAS

- AJALA, Michelle Cristina. **Aluno EJA: motivos de abandono e retorno escolar na modalidade EJA e expectativas pós EJA em Santa Helena-PR.** 2011. Monografia (Especialização). Medianeira 2011. Disponível em: <<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1647>>. Acesso em: 24 out. 2014.
- ALCOFORADO, Joaquim Luís M; SANTOS, Euvadelis Pereira; SILVA, Geovani de Jesus. **As Múltiplas Faces da Evasão/Interrupção Escolar da Educação de Jovens e Adultos.** 2009. Disponível em: <<http://www.catedraunescoej.org/GT03/COM/COM018.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2014.
- ALMEIDA, Adriana de; CORSO, Angela Maria. **Educação de jovens e adultos: interfaces política, histórica e pedagógica.** Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br/bitstream/123456789/338/1/EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20JOVENS%20E%20ADULTOS.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.
- ALVES, Rogério Gomes. **Proposta para uma abordagem do conceito de oxirredução no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos Educação Profissional Técnica de Nível Médio (PROEJA).** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/16111/1/RogérioGA_DISSERT.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2017.
- AMARAL, Livaldo, de Almeida. COSTA, Leonilde Rodrigues. **Causas e Consequências da Evasão Escolar no Ensino de Jovens e Adultos na Escola Municipal Ezequiel Alves dos Ramos.** Universidade Federal do Pará. Tailândia/PA. 2009. Disponível em: <http://files.comunidades.net/livaldoamaral/artigo_pronto.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016.
- ANDRADE, Vanessa dos Santos Batista. **EJA e Auto-Estima Educação de Jovens e Adultos Transformando Vidas.** Monografia. Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/graduacao/P00099.pdf>. Acesso em: 26 set. 2016.
- ANUTO, Thaína Francis. **Evasão escolar no ensino médio: possíveis inferências para mudar esse cenário.** Monografia, (Pós Graduação em educação). Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Medianeira 2013. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4745/1/MD_EDUMTE_II_2012_42.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016.
- BATISTA, Maria Marlene. **Uma investigação sobre a evasão escolar na educação de jovens e adultos: a experiência da E. E. E. F. M. Professora Luiza Simões Bartolini.** Monografia em Fundamentos da Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa – PB, 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5396/1/PDF%20-%20Maria%20Marlene%20Batista.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2016.
- BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para

Assuntos Jurídicos. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 19 nov. 2014.

_____. Diário Oficial da União. Ministério da Educação. PORTARIA INTERMINISTERIAL No - 8, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/SAMSUNG/Downloads/DIARIO%20OFICIAL%20DA%20UNI%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

_____. Parecer Nº 11/2000, de 10 de maio de 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. 2000. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>. Acesso em: 29 out. 2014.

CARNEIRO, Selma de Souza. Práticas Escolares para Diminuir a Evasão na EJA. Revista Eletrônica Interdisciplinar, v. 2, n. 4, 2010. Disponível em: <<http://www.univar.edu.br/revista/downloads/praticasescolares.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

CASÉRIO, Vera. Maria. Regina. Educação de jovens e adultos: democratização da educação e superação do analfabetismo. *Revista de Educação*, v. 14 n.17. Bauru, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/SAMSUNG/Downloads/1806-6935-1-PB.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

CELESTINO, Fernanda Alves. **Conteúdo de língua portuguesa em apostila e no livro didático do 6º ano da EJA:** língua pra que te quero? Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual da Paraíba; Campina Grande, 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/7880/1/PDF%20-%20Fernanda%20Alves%20Celestino.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.

CHILANTE, Edineia Fátima N.; NOMA, Amélia Kimiko. **A política de Educação de Jovens e Adultos no Brasil:** desarmando a armadilha neoliberal. 2009. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem01pdf/sm01ss01_05.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

COSTA, Clarice Gomes. DESAFIOS DA EJA EM FACE DAS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO. Revista Lugares de Educação [RLE], Bananeiras/PB, v. 3, n. 6, p. 90-103, Jul-Dez, 2013 - ISSN 2237-1451 Disponível em: <<file:///C:/Users/SAMSUNG/Downloads/16338-28024-1-PB.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

COSTA, José Claudio dos S; MONTEIRO, Maria do Socorro; MIRANDA, Wandelson Silva de. ANALFABETISMO: Um entrave histórico para a cidadania no Brasil. InterEspaço Grajaú/MA v. 1, n. 2 p. 368-379 jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/viewFile/4051/2136>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

CUNHA, Rosa Maria Torte da. **Alfabetização de jovens e adultos no estado do Rio de Janeiro, Brasil:** o significado de um desafio para a inclusão social. Tese de Doutorado. Ciências da educação, Universidade do Minho, 2014. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/40430/2/Tese_Rosa%20Maria%20Torte%20da%20Cunha_2014.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

DANTAS, Ronne Von de Medeiros. Motivos da Evasão dos Alunos da EJA da E. E. Isabel Oscarina Marques. Monografia Pós Graduação. Escola Superior Aberta do Brasil – ESAB. Vila Velha, 2010. Disponível em: <<http://www.santaritafm.com/images/ArquivosDownload/Monografia%20%20PSICO PEDAGOGIA.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2017.

DI PIERRO, Maria Clara; GRACIANO, Mariângela. A educação de jovens e adultos no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, 2003. Letras/Ação Educativa, v. 200, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a18.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

DIAS, Letícia Pereira. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: história e contradições. Revista UNIFAMMA, v. 11, n. 1, Maringá, 2012. Disponível em: <<http://revista.famma.br/unifamma/index.php/RevUNIFAMMA/article/view/37/50>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

DOURADO, Alex da Silva. Fatores estruturais das políticas de EJA que impactam na permanência e nas interrupções do percurso escolar dos alunos de EJA. Monografia, Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UnB. Carinhonha. 2013. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/5229/1/2013_AlexdaSilvaDourado.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2016.

DUQUES, Maria Luiza Ferreira. **Formação de Educadores de Jovens e Adultos: um olhar reflexivo para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da prática docente no município de Matina –BA.** Dissertação, (Mestrado em Educação). Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Salvador 2015. Disponível em: <<http://www.uneb.br/mpeja/files/2015/10/Maria-Luiza-Ferreira-Duques-Disserta%C3%A7%C3%A3o1.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

FERRARI, Fernando Augusto. As causas e consequências do índice de evasão escolar no ensino médio da Educação de Jovens e Adultos “EJA” Professor Antônio de Almeida Junior-Osasco SP, 2014. Monografia, (Pós Graduação em Educação). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira, 2014. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4388/1/MD_EDUMTE_2014_2_40.pdf>. Acesso em: 27 set. 2016.

FERREIRA, Joana D’arc de Freitas. Contribuições de Paulo Freire para a Educação de Jovens e Adultos-EJA. Monografia, Especialização. Universidade Estadual da Paraíba. Monteiro, 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5649/1/PDF%20-%20Joana%20D%27arc%20de%20Freitas%20Ferreira.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016.

GENTIL, Viviane Kanitz. EJA: contexto histórico e desafios da formação docente. Revista Eletrônica, v. 6, n. 03, 2005. Disponível em: <http://www.drearaguaina.com.br/educ_diversidade/fc_eja/Municipios/texto_para_leitura_desafios_da_eja.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.

GOUVEIA, Daniele da Silva Maia. **Expectativas e Dilemas na Educação de Jovens e Adultos: a Rádio escolar na formação científico-tecnológica.** Dissertação (Mestrado) Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio de Janeiro. Nilópolis, 2014. Disponível em: <http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/8823>. Acesso em: 10 nov. 2016.

GUGELMIN, Lisangela. **Evasão Escolar na Educação Profissional**: diagnóstico dos cursos técnicos subsequentes do Colégio Estadual de Pato Branco. Dissertação (Mestrado). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2015.

Disponível em:

<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1492/1/PB_PPGDR_M_Gugelmin%20Lisangela_2015.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos.

Universidade católica de São Paulo, Pontifícia. 2003. Disponível em:

<<https://logosgrafia.com/2016/02/28/escolarizacao-de-jovens-e-adultos-resenha/>>.

Acesso em: 17 mar. 2016.

HADDAD, Sérgio; SIQUEIRA, Filomena. Analfabetismo entre Jovens e Adultos no Brasil. Revista Brasileira de Alfabetização, v. 2, n. 1, 2016. Disponível em:

<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ucrymL8iyi8J:abalf.org.br/revistaeletronica/index.php/rabalf/article/download/81/64+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2014. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em: 10 fev. 2017.

LEITE, Maricélia Teixeira. **Evasão escolar na EJA**: um estudo de caso na E. E. E. F. M. Prof.ª Maria Celeste do Nascimento. 2014. Monografia (curso de especialização em fundamentos da educação). Universidade Estadual da Paraíba. Monteiro, 2014.

Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/5636>>.

Acesso em: 13 set. 2014.

LIONCIO, Mayra de Paula. Principais motivadores da evasão escolar no ensino médio EJA. Instituto federal de educação, ciência e tecnologia; São Paulo: 2009.

Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eja/monografiamayra.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2014.

MACHADO, Maria Margarida. A trajetória da EJA na década de 90: políticas públicas sendo substituídas por solidariedade. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, v. 21, p. 59-73, 1991. Disponível em: <http://forumeja.org.br/gt18/files/MACHADO.pdf_2_0.pdf>.

Acesso em: 13 out. 2016.

MACHADO, Vitor; MARQUES, Antonio Francisco. A trajetória do MEB (Movimento de Educação de Base) e o significado dos programas de educação rural instituídos pelo governo militar (1964-1985). Revista de Ciências da Educação, v. 1, n. 33. Americana, 2015. Disponível em:

<http://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/440/pdf_7>. Acesso em: 05 out. 2016.

MAFRA, Andressa Luiza; LEITE, Sandra Fernandes. **A educação de jovens e adultos no município de Campinas-SP**: análise das políticas públicas no período 2012-2015. Revista Exitus, v. 6, n. 1, p. 19-39, 2016. Disponível em:

<<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/37/37>>. Acesso em: 05 out. 2016.

MAIA, Antonia Lucy Lima. **Educação de Jovens e Adultos**: políticas publicas no município de Pinhais (2009-2012). Dissertação, (Pós Graduação em Educação).

Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.ppge.ufpr.br/dissertacoes%20m2013/m2013_Antonia%20Lucy%20Lima%20Maia.pdf>. Acesso em: 03 out. 2016.

MARCHIORO, Kelli Cristine. O que é a EJA para ti. Os sentidos da EJA na perspectiva discente. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Universidade federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77296/000895845.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 set. 2016.

MARIANO, Cibele Marques. Evasão do curso técnico de administração noturno, numa escola de Telêmaco Borba (PR). Monografia, (Especialização). Universidade Aberta do Brasil (UAB). Curitiba. 2012. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2637/1/CT_GPM_III_2012_10.pdf>. Acesso em: 21 out. 2016.

MEDEIROS, Maria das Neves de. **Educação de Jovens e Adultos como Expressão da Educação Popular:** a contribuição do pensamento de Paulo Freire. In: V colóquio Paulo Freire. Anais. Recife, 2005. Disponível em: <http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/modulo_8-bloco_3/educacao_jovens_e_adultos/material_apoio/artigo-a_educacao_de_jovens_e_adultos_como_expressao_da_educacao_Popular.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.

MEIRA, Cristiane Araujo. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante:** um estudo de caso no campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo Vitória, 2015. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9068_Disserta%E7%E3o%20Final%20-%20Cristiane%20Meira.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2016.

MORETE, Rita de Cássia Boscoli Soler. O Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos de Presidente Prudente (CEEJA-PP) significa realmente espaço formativo? Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP. Presidente Prudente, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96400/morete_rcbs_me_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 out. 2016.

MOTA, Rosângela da Silveira. Aprendizagem do adulto e correspondentes metodologias. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/RosangelaS.Mota_TCC.pdf>. Acesso em: 05 set. 2014.

NUNES, Everson da Costa. **Fracasso Escolar:** o caso da evasão na EMEF Aracy Nóbrega Montenegro de Alagoa Grande-PB. Artigo, (Licenciatura). Universidade Estadual da Paraíba. Guarabira, 2015. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/9835/1/PDF%20-%20Everson%20da%20Costa%20Nunes.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

OLIVEIRA, Paula Cristina Silva de; EITERER, Carmem Lúcia. “Evasão” escolar de alunos trabalhadores na EJA. Faculdade de Educação/UFMG, 2008. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/terca_tema6/TerxaTema6Artigo10.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

OLIVEIRA, Teresa Cristina Magnabosco de. **Educação de jovens e adultos:** sentidos e significados. Monografia (Especialização). Universidade Federal do Paraná. Matinhos, 2015. Disponível em: <acervodigital.ufpr.br/handle/1884/42260>. Acesso em: 19 jan. 2017.

PACHECO, Kátia Dutra. et al. **Educação de jovens e adultos:** o fazer docente perante o aumento da discência idosa. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery. Jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://re.granbery.edu.br/index.php?centro=resultado&curso=pe>>. Acesso em: 19 out. 2014.

PACÓ, Josiane de Freitas. A educação de jovens e adultos e as principais causas da evasão em duas escolas do município de Ariquemes/RO. Monografia, (Graduação). Universidade federal de Rondônia. Ariquemes, 2014. Disponível em: <<http://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/335>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

PEREIRA, Marina Lucia de Carvalho. A construção do letramento na educação de jovens e adultos. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2006. Disponível em: <<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/mestrado/Alfabetizacao/2002/pereira-marina-lucia-de-carvalho.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

PERIUS, Lucia Celia Ferreira da Silva. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – a gestão do proner no estado de mato grosso do sul 1998-2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Campo Grande - MS, 2008. Dispinível em: <<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8036-programa-nacional-de-educacao-na-reforma-agraria-a-gestao-do-proner-no-estado-de-mato-grosso-do-sul-1998-2001.pdf>>. Acesso em: 13 outo. 2016.

PORCARO, Rosa Cristina. Caminhos e desafios da formação de educadores de jovens e adultos. Tese (Doutorado em educação), Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-8M3FKF/tese_revisada_depois_da_defesa.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 out. 2016.

RIBEIRO, Bruno et al. Referencial Teórico Sobre Analfabetismo Funcional. Relatórios Técnicos do Departamento de Informática Aplicada da UNIRIO, n. 8. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/SAMSUNG/Downloads/1498-8453-1-PB.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil:** a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os programas Brasil alfabetizado e fazendo escola. Educar em Revista, Curitiba, n. 29, p. 29-45, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n29/04.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2014.

SALUSTIANO, Geane Magalhães Monte; SILVA, Sandra Regina Paz da. Contribuições da mídia para o ensino de biologia na educação de jovens e adultos–EJA. V EPEAL–Pesquisa em Educação, Ética e Responsabilidade social, p. 1-3, 2010. Disponível em: <<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/CONTRIBUICOES-DA-MIDIA-PARA-O->

ENSINO-DE-BIOLOGIA-NA-EDUCACAO-DE-JOVENS-E-ADULTOS---EJA-...pdf>.
Acesso em: 10 out. 2016.

SANTOS, Francisca Maria de Sousa. **Evasão escolar**: desafio no contexto da EJA. 2013. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal do Piauí.

Picos, 2009. Disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/picos/arquivos/files/Francisca.pdf&gws_rd=cr&ei=2f-dWLaCH8iHwQT0-5OoDw>.

Acesso em: 11 jan. 2017.

SANTOS, Rafael Carvalho; GOMES, Francisco Alves; SANTANA, Nivaldo Vieira de. **Educação de Jovens e Adultos**: o índice de evasão na escola municipal Francisco Amorim, Barra do Choça – BA. In: X Colóquio do Museu Pedagógico. 2013.

Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/3066/2772>>.

Acesso em: 11 jan. 2017.

SCHWARTZ, Onaide. MENDONÇA, Olympio Correa. Analfabetismo e exclusão social. Revista da FAI – Faculdades Adamantinenses Integradas. Adamantina: Edições Omnia, v. 6, p. 61, 2003. Disponível em:

<[file:///C:/Users/SAMSUNG/Downloads/11448-14322-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/SAMSUNG/Downloads/11448-14322-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2017.

SHIRASU, Maitê Rimekká. DETERMINANTES DA EVASÃO E REPETÊNCIA ESCOLAR NO CEARÁ. Pós Graduação. Fortaleza, 2014. Disponível em:

<http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15223/1/2014_dissert_mrshirasu.pdf>.

Acesso em 15 fev. 2017.

SILVA, Greice Palhão; ARRUDA, Roberto Alves. Evasão escolar de alunos na educação de jovens e adultos-EJA. Eventos Pedagógicos, v. 3, n. 3, p. 113-120, 2012. Disponível em:

<<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/977/661>>.

Acesso em: 13 set. 2014.

SILVA, Juçara Maria de França. **Evasão escolar na EJA**: um estudo de caso da escola municipal de ensino fundamental e médio Deputado João Fernandes de Lima. Monografia, (Especialização em Educação) Universidade Estadual da Paraíba. João Pessoa, 2014. Disponível em:

<<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5428/1/PDF%20-%20Ju%C3%A7ara%20Maria%20de%20Fran%C3%A7a%20Silva.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

SOARES, Magda becker. O que é letramento e alfabetização. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. Disponível em:

<<http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/O%20que%20%C3%A9%20letramento%20e%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 10, n. 38, 2010. Disponível em:

<<http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/index.php/histedbr/article/view/3520>>.

Acesso em: 26 out. 2014.

UNESCO. **Construção coletiva**: contribuições à educação de jovens e adultos.

UNESCO/ MEC. Brasília: 2006. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=655-vol3const-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 18 jan. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ESTATÍSTICA PERCENTUAL **FINAL DE RENDIMENTO DAS ESCOLAS** MUNICIPAIS DE ARIQUEMES POR MODALIDADE DO ANO 2015
PERCENTUAL CALCULADO PELA MATRÍCULA FINAL - 2015

PERCENTUAL CATEGÓRIAS ELETORAL MATRÍCULA FIPRAE - 2019														
Modalidades	Turmas	Período	Matrícula Inicial	Adm. Após março	Evadidos	Alunos								
						Outros	Transf.	Mat. Final	Aprov.	Ret.	% de Aprov.	% de Ret.	% de Evadido	
EDUCAÇÃO INFANTIL	Berçário	Integral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Maternal I	Integral	143	31	3	1	12	138	158	0	100	0	2	
		Matutino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Vespertino	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		Integral	193	18	8	0	15	188	188	0	100	0	4	
	Maternal II	Matutino	72	9	1	2	3	75	73	0	100	0	1	
		Vespertino	22	6	2	0	6	20	20	0	100	0	7	
		Integral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	1º Período	Matutino	233	43	3	6	29	238	238	0	100	0	1	
		Vespertino	342	66	6	11	59	332	332	0	100	0	2	
		Integral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2º Período	Matutino	436	84	13	12	74	421	421	0	100	0	3	
		Vespertino	380	90	7	16	69	378	378	0	100	0	2	
		SUBTOTAL		1821	347	43	48	267	1810	1810	0	100	0	2
Ensino fundamental 1º ao 5º ano	1º Ano	Matutino	705	181	7	32	160	687	682	3	99	1	1	
		Vespertino	612	125	3	72	119	543	542	1	100	0	0	
	2º Ano	Matutino	1193	244	7	63	270	1097	1096	1	100	0	1	
		Vespertino	901	167	1	44	164	859	857	2	100	0	0	
	3º Ano	Matutino	749	113	3	20	132	707	600	107	85	15	0	
		Vespertino	677	141	4	12	118	684	589	95	86	14	0	
	4º Ano	Matutino	667	182	2	37	138	672	583	89	87	13	0	
		Vespertino	511	142	6	72	100	475	391	84	82	18	1	
	5º Ano	Matutino	595	150	4	93	89	559	457	102	82	18	1	
		Vespertino	534	147	8	29	125	519	452	67	87	13	1	
SUBTOTAL		7144	1592	45	474	1415	6902	6249	553	92	8	1		
Ensino fundamental 6º Ano a 8ª série	6º ano	Matutino	466	103	16	29	106	424	332	72	83	17	3	
		Vespertino	527	106	20	13	121	479	386	93	81	19	3	
	7º ano	Matutino	328	50	9	10	74	285	246	39	86	14	2	
		Vespertino	429	82	12	27	96	376	334	42	89	11	2	
	8º ano	Matutino	101	17	1	6	26	85	84	1	99	1	1	
		Vespertino	220	46	5	28	37	196	177	19	90	10	2	
	9º ano	Matutino	49	9	0	4	10	44	43	1	98	2	0	
		Vespertino	187	28	4	0	43	168	160	8	95	5	2	
SUBTOTAL		2307	441	67	117	567	2057	1782	275	87	13	3		
EJA 1º Segmento	1ª série	Noturno	58	0	7	3	4	44	22	22	50	50	13	
	2ª série	Noturno	35	0	4	0	2	29	21	8	72	28	11	
	3ª série	Noturno	33	2	11	3	0	21	15	6	71	29	34	
	4ª série	Noturno	36	1	6	1	0	30	24	6	80	20	17	
SUBTOTAL		162	3	28	7	6	134	82	43	66	34	18		
EJA 2º Segmento	5ª Série	Noturno	86	0	37	0	6	43	38	5	88	12	43	
	6ª Série	Noturno	100	1	39	0	6	56	54	2	96	4	39	
	7ª Série	Noturno	93	0	32	1	3	57	51	6	89	11	35	
	8ª Série	Noturno	92	0	23	2	3	65	65	0	100	0	26	
SUBTOTAL		371	1	131	3	18	221	208	13	94	6	36		
TOTAL GERAL		11805	2384	314	649	2213	11014	10131	883	92,0	8,0	2,3		